

E&N

ECONOMIA & NEGÓCIOS

QUALIDADE E RESPONSABILIDADE
• LIMPEZA • RECEPÇÃO • PORTARIA
DESCONTOS ESPECIAIS
rsterceirizacao.com.br
TEL.: 11 3803-8853
f RSServicosterceirizados @oficialrsterceirizados RS SERVIÇOS

Nova manobra. Parlamentares abriram, com projeto aprovado na segunda-feira que modificou LDO, a possibilidade de o governo jogar para 2022 gastos que teriam de ser executados ainda este ano; medida seria feita por meio da Despesa de Exercícios Anteriores (DEA)

Acordo que destrava Orçamento abre brecha para 'pedalada' de fim de ano

Idiana Tomazelli
Adriana Fernandes | BRASÍLIA

O projeto que permitiu um acordo para destravar o Orçamento de 2021 pode elevar o risco de órgãos recorrerem a "pedaladas de fim de ano" para honrarem suas obrigações e manter a máquina funcionando, segundo técnicos ouvidos pelo *Estadão/Broadcast*. Os parlamentares tiraram a necessidade de priorizar gastos com o funcionamento da administração pública, o que abre espaço para o governo "apertar o cinto" nessas despesas em nome da manutenção de maior volume de emendas indicadas pelos congressistas. Se acabar faltando dinheiro, a fatura é jogada para o início de 2022.

Nas negociações para a sanção do Orçamento, o governo já indicou que deve cortar cerca de R\$ 9,5 bilhões nas próprias despesas discricionárias (que incluem custeio e investimentos) para evitar um veto mais drástico em emendas negociadas com parlamentares. Hoje, segundo dados da Consultoria de Orçamento da Câmara, o Orçamento prevê aproximadamente R\$ 99 bilhões dessas despesas que não são obrigatórias no Executivo, descontadas as emendas.

O temor é que o corte nas discricionárias acabe estrangulando o funcionamento da máquina, o que pode encorajar os órgãos a assumir despesas que não cabem no Orçamento como uma "válvula de escape" para seguir funcionando. Os gas-

● Prática comum

R\$ 1,3 bi

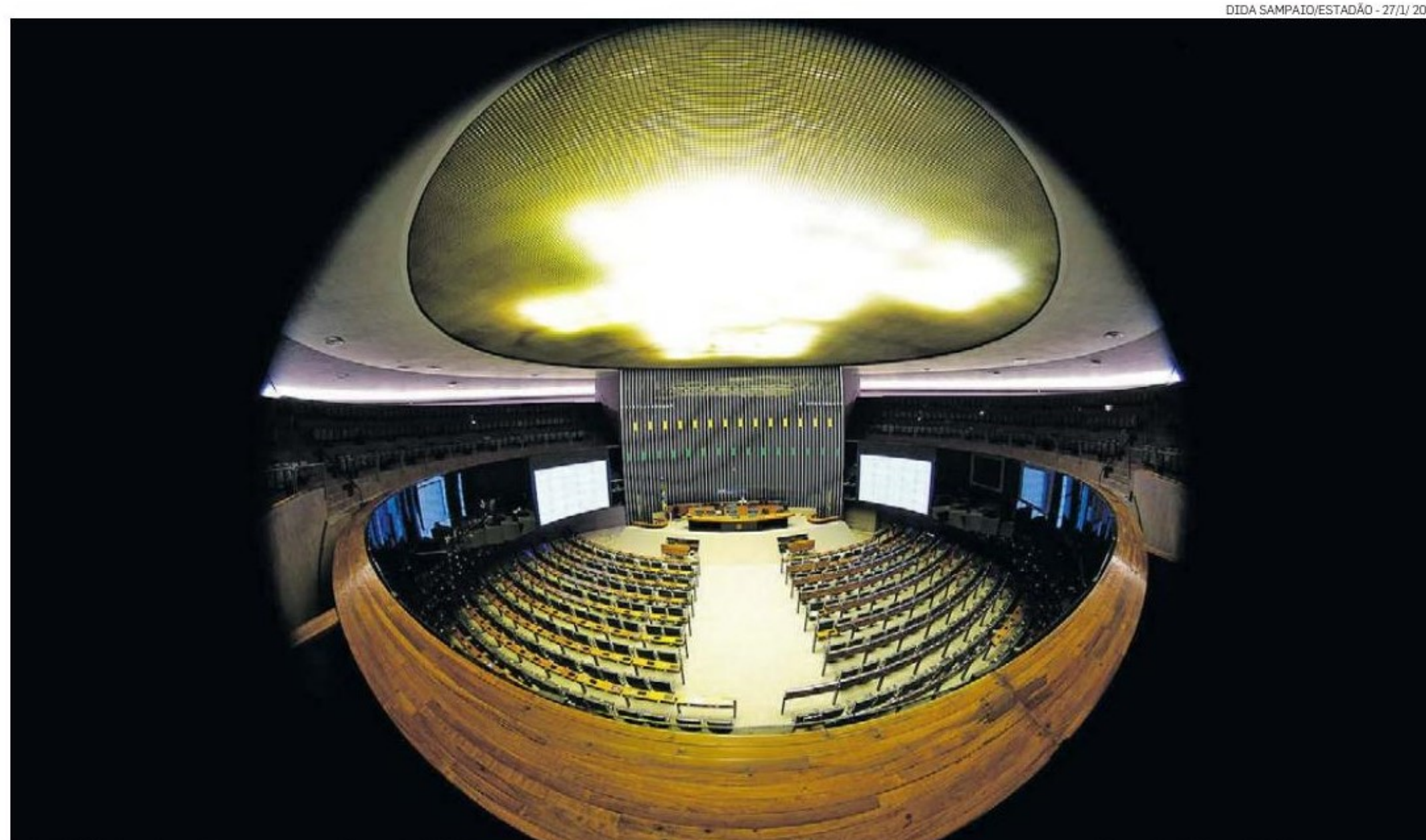
foi quanto o governo Temer deixou em DEAs para o seu sucessor, Bolsonaro; que também usaria a mesma manobra, mas no valor de R\$ 1,5 bilhão

tos seriam adiados para 2022, quando haverá folga maior devido à ampliação do teto em R\$ 106 bilhões na comparação com este ano. A prática, porém, fere a Lei de Responsabilidade Fiscal, a Constituição e pode ser considerada crime contra as finanças públicas.

A manobra é possível por meio da chamada Despesa de Exercícios Anteriores (DEA), uma linha da execução orçamentária que é usada pelos gestores para identificar gastos que extrapolaram a dotação disponível nos períodos anteriores. A DEA é geralmente usada em casos de exceção e com valores pequenos: uma conta de luz que ultrapassou o valor previsto no último mês do ano, sem tempo hábil de ajuste, por exemplo. Mas já houve no passado suspeitas de uso intencional desse expediente, o que permitia aos órgãos continuar gastando mesmo sem espaço no Orçamento.

Esqueleto. O problema é que a DEA só aparece quando, após a virada do ano, o órgão "desenterra" o compromisso de gasto e efetua o empenho – que é a primeira fase da despesa, quando ela é formalizada. Até então, ela fica fora do radar até mesmo de órgãos de controle. Por isso, é considerada uma espécie de "esqueleto" à margem do Orçamento, difícil de ser estimado com antecedência.

A condução da discussão do Orçamento de 2021 tem ampliado a preocupação dos técnicos com o risco de aumento desse tipo de despesa. Na segunda-feira, o Congresso aprovou um projeto de lei que altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2021 e tirou de um de seus artigos a necessidade de priorizar gastos com o funcionamento da máquina pública. Essa priorização vinha sendo inclusive citada nos bastidores por fontes da área econômica como uma espécie de "prote-



DIDA SAMPAIO/ESTADÃO - 27/1/2021

Flexibilização. Congresso tirou da LDO necessidade de priorizar gastos com funcionamento da máquina pública.

PARA ENTENDER

Diferença entre as pedaladas

1. 'Pedaladas' de Dilma

O governo atrasou o repasse de recursos referentes a benefícios sociais aos bancos públicos, que continuaram efetuando os pagamentos às famílias. Para o Tribunal de Contas da União (TCU), a prática caracterizou financiamento da União pela instituição finan-

ceira, o que é vedado.

2. 'Pedaladas' de fim de ano

Já ocorreram em diferentes governos (inclusive Michel Temer e Jair Bolsonaro), muitas ainda sob investigação do TCU. São vistas quando o órgão não tem mais espaço no Orçamento para assumir compromissos, mas continua gastando e deixa a conta escondida para registrar apenas no ano seguinte.

ção" contra cortes mais drásticos nas discricionárias.

Em outro dispositivo, ficou estabelecido que cancelamentos de despesas para ajudar na recomposição de gastos obriga-

tórios dispensam indicação de consequências "sobre a execução de atividades, projetos, operações especiais e seus substitutos". Na prática, será mais fácil cortar sem dar muitas explica-

ções ou reconhecer que o órgão poderá sofrer paralisação por causa da redução de despesas. "As pedaladas via DEA ocorrem justamente quando a dotação orçamentária é irrealmente baixa para as despesas indispensáveis", afirma o consultor de Orçamento do Senado Vinícius Amaral. "Ainda que ilegal, pode acabar sendo uma forma desperada de os gestores manterem serviços públicos funcionando", diz.

TCU de olho. O governo Michel Temer entrou na mira do Tribunal de Contas da União (TCU) por ter deixado R\$ 1,3 bilhão em despesas para seu sucessor, o presidente Jair Bolsonaro, por meio de DEAs. O caso chamou a atenção porque o então Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) sabia da insuficiência e pediu ao Congresso a abertura de novos

créditos, mas não foi atendido.

Na análise das contas de 2019 pelo TCU, o próprio governo Bolsonaro acabou recebendo uma ressalva por adotar a mesma prática. Houve pagamento de R\$ 1,5 bilhão em benefícios previdenciários sem o devido respaldo no Orçamento. A despesa deveria ter sido executada em 2019, mas acabou virando um "orçamento paralelo" que só foi devidamente registrado no início de 2020.

Para o consultor de Orçamento da Câmara Ricardo Volpe, o governo deve conseguir sobreviver com o patamar atual de discricionárias, embora "com restrições em alguns casos".

Com acordo, emendas ficam em R\$ 37 bilhões

Pág. B3

Guedes diz que após acordo Orçamento ficará 'exequível'

Em março, quando o Orçamento foi aprovado, ministro disse que ele era 'inexequível' e pediu vetos a Bolsonaro

BRASÍLIA

Após o acordo fechado com o comando da Câmara e do Congresso, o ministro da Economia, Paulo Guedes, considera que o Orçamento de 2021 ficará "exequível". Para a equipe econômica, o mais importante é que o acerto deu instrumentos para o governo bloquear despesas discricionárias (que incluem custeio e investimentos) quando o limite do teto de gastos for ultrapassado.

O clima foi de alívio entre os auxiliares do ministro e de "virada de página". Nos bastidores, integrantes da equipe econômica trabalharam ontem pa-

ra abafar as críticas recebidas, mostrar que não houve "ganhadores ou perdedores" e que a proposta foi "boa" para a "responsabilidade fiscal". Mas detalhes técnicos ainda não foram esclarecidos para evitar ruídos antes da sanção do Orçamento pelo presidente – o prazo final é amanhã.

Dispositivo incluído no projeto que altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), aprovado na segunda-feira como parte do acordo, permite ao governo bloquear por decreto despesas discricionárias para recompor despesas obrigatórias, como benefícios previdenciários, seguro-desemprego e subsídio. O peso dessa medida para a segurança do teto de gastos está sendo comparado ao contingenciamento do Orçamento para o cumprimento da meta fiscal. O foco para os cortes passará a ser o teto de gastos, a regra constitucional que

limita a alta das despesas à variação da inflação.

A avaliação de Guedes, repassada a interlocutores na madrugada de ontem, depois da votação do projeto, foi de que todos os acordos "couberam dentro do Orçamento com o teto de gastos respeitado para as despesas recorrentes".

O ministro tem pontuado que o acerto mantém extrateto (o que não entra no limite da regra constitucional) apenas os gastos relacionados ao enfrentamento da covid-19 na segunda onda da pandemia. Na avaliação dele, é exatamente como ocorreu, em 2020, na primeira onda da doença.

A avaliação do comando da equipe econômica é de que as vantagens da mudança ficarão mais claras nos próximos dois dias. O presidente Jair Bolsonaro tem até amanhã para sancionar o Orçamento de 2021, que foi aprovado com despesas obrigatórias, como pagamentos da Previdência e seguro-desemprego, subestimadas para acomodar uma quantidade maior de emendas parlamentares, além dos R\$ 16,5 bilhões acordados com o Congresso para aprovar a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) emergencial, que liberou R\$ 44 bi-



MARCOS CORREA/PR - 20/4/2021

Mudança. 'Acordos couberam no Orçamento', diz Guedes

R\$ 247,1 bi

é a meta de déficit fiscal para este ano. Projeto de Emenda Constitucional liberou R\$ 44 bilhões para o pagamento de nova rodada do auxílio emergencial

lhões para uma nova rodada do auxílio emergencial.

No dia da votação do Orçamento, em março, Guedes foi até o presidente Jair Bolsonaro dizer que o Orçamento daquele jeito era "inexequível" com risco de impeachment para ele. A partir daí, uma crise se insta-

lou com o Congresso, que queria a sanção do Orçamento sem vetos. O ministro ficou sob pressão do Centrão e fogo amigo de colegas da Esplanada.

Destramento. O acordo político destravou os gastos para os programas da covid sem a necessidade de acionamento do estado de calamidade. Esses gastos, que incluem uma nova rodada do benefício para trabalhadores que tiveram os salários cortados ou contratos suspensos e uma nova linha de crédito para micro e pequenas empresas, ficarão fora do cálculo da meta fiscal. A meta deste ano permite que o governo

feche as contas no vermelho em até R\$ 247,1 bilhões.

Guedes vinha defendendo uma PEC para limitar os valores a serem gastos com esses programas. A solução encontrada, porém, não limita os gastos. Mas, ao final, o presidente fará um veto parcial do Orçamento.

Para o Ministério da Economia, as despesas da covid-19 (não recorrentes) já estavam fora do teto de gastos e o projeto aprovado agilizou o seu andamento ao retirá-las da meta fiscal das contas do governo. Sem essa mudança, o governo teria de alterar a meta para permitir permissão ao Congresso para fechar as contas com um rombo maior.

A leitura da equipe de Guedes é a de que não há relação entre "consertar" o Orçamento e essas despesas ficarem de fora do teto de gastos. Mas o acerto para a renovação dos programas facilitou o acordo político para o Orçamento.

Após a sanção do Orçamento pelo presidente Bolsonaro, a estratégia de comunicação do ministro e da sua equipe será mostrar que não tem "canal" de ligação entre o dinheiro da pandemia e as emendas parlamentares./A.F.

FÁBIO ALVES

E-MAIL: FABIO.ALVES@ESTADAO.COM
TWITTER: @COLUNAFABIALVE

EUA na 'pole position'

Os indicadores de atividade econômica dos Estados Unidos vêm surpreendendo de tal maneira os analistas ao longo de abril que há até quem passou a especular que o PIB americano em 2021 poderá crescer mais do que o da China e retomar o posto de motor da economia mundial.

Na semana passada, por exemplo, as vendas no varejo nos EUA deram um salto de 9,8% em março ante fevereiro. Para se ter uma ideia da magnitude desse desempenho, o resultado superou o consenso das estimativas dos analistas para esse indicador em impressionantes 3,7 pontos percentuais.

A força das vendas no varejo foi reflexo, em especial, do pacote fis-

cal de US\$ 1,9 trilhão aprovado pelo Congresso, incluindo cheques de US\$ 1.400 para os cidadãos, enviados a partir de meados do mês passado, o que gerou uma renda disponível de US\$ 300 bilhões apenas em março.

Outro resultado que chamou a atenção foi a redução no número de pedidos de auxílio-desemprego nos EUA na semana encerrada em 10 de abril. Essas solicitações caíram em 193 mil, para 576 mil, enquanto os analistas esperavam que o total somasse 710 mil. Foi a semana com o menor número de pedidos de auxílio-desemprego desde o início da pandemia de covid-19.

Além da injeção fiscal, a retomada mais forte da economia americana vem sendo impulsionada por outros dois fatores: o acelerado avanço da va-

ciação contra o coronavírus, permitindo o relaxamento das medidas de restrição de mobilidade, e o estímulo monetário do Federal Reserve (Fed), que prometeu manter os juros básicos próximos de zero até 2023.

E o presidente Joe Biden está negociando com o Congresso a aprovação de um pacote de investimentos em infraestrutura de US\$ 2 trilhões ao longo dos próximos oito anos. Assim, o mercado tem razão de sobra para ficar otimista com o crescimento dos EUA.

Com indicadores fortes, país pode retomar posto de motor da economia global

Em dezembro do ano passado, o consenso das projeções dos economistas ouvidos pelo *The Wall Street Journal* apontava um crescimento de 3,7% em 2021. No mais recente levantamento, de 11 de abril, esse consenso era de uma expansão do PIB de 6,4% neste ano.

Na ponta mais otimista está o banco Morgan Stanley, que prevê uma alta de 8,1% do PIB americano neste ano. É bom lembrar que o governo da China

tem como meta em 2021 um crescimento da sua economia acima de 6%.

O contraste não poderia ser maior com o Brasil. Na última pesquisa Focus de 2020, a mediana das estimativas para o PIB brasileiro apontava um crescimento de 3,49% para 2021. Na pesquisa mais recente, o consenso era de expansão de 3,04%.

Essa revisão para baixo é resultado de uma conjuntura extremamente negativa: a disparada nas mortes e nos casos de covid no País, a piora do sentimento dos investidores em relação à trajetória fiscal brasileira e, para agravar a situação, o cenário político mais turbulento.

Sem falar na lenta vacinação contra o vírus. Enquanto mais de 210 milhões de doses da vacina já foram aplicadas nos EUA, apenas cerca de 27 milhões de pessoas receberam a primeira dose no Brasil.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) prevê que a economia americana vai retomar seu nível pré-pandemia neste ano. O FMI projeta crescimento de 6,4% do PIB dos EUA em 2021.

Já o Fed revisou, em março, a sua estimativa de crescimento para a eco-

nomia americana neste ano, passando de um avanço de 4,2% (projetado em dezembro passado) para expansão de 6,5%. Com isso, o Fed prevê que a taxa de desemprego vai cair para apenas 4,5% no fim do ano.

Em março, foram criados 916 mil postos de trabalho nos EUA, enquanto a previsão dos analistas era de uma geração de 650 mil vagas. E a expectativa agora é de que o ritmo de criação de empregos supere o patamar de 1 milhão ao mês.

O fato de os EUA retomarem a liderança do crescimento global é bastante positivo, pois, sendo a maior economia do planeta, a sua expansão mais acelerada reverbera de forma mais disseminada em outras regiões do mundo.

Com a retomada vigorosa, muitos analistas dizem que a pandemia de covid acabou tendo impacto nos EUA mais semelhante ao de um desastre natural do que ao de uma recessão tradicional nos ciclos econômicos.

* É COLUNISTA DO BROADCAST

SEB. Luiz Carlos Trabuco Cappi (quinzenalmente) | TER. Ana Carla Abrão, Pedro Fernando Nery e Demi Getschko (quinzenalmente) | QUA. Fábio Alves | QUIL. Adriana Fernandes | SEX. Elena Landau (quinzenalmente) e Pedro Doria | SAB. Adriana Fernandes | DOM. José Roberto Mendonça de Barros (quinzenalmente) e Affonso Cêso Pastore (quinzenalmente); Paulo Leme (3º domingo do mês), Roberto Rodrigues (2º domingo do mês), Albert Fishlow (3º domingo do mês) e Gustavo Franco (último domingo do mês)

Com acordo, emendas ficam em R\$ 37 bi

Gov. e Congresso selaram acordo na segunda-feira para pôr fim ao impasse sobre a sanção do Orçamento, que deve ocorrer amanhã

Daniel Weternan | BRASÍLIA

Com o acordo entre governo e Congresso para resolver o impasse político em torno do Orçamento de 2021, o volume de emendas parlamentares ainda deve ficar em um patamar de R\$ 37 bilhões, recorde na comparação com anos anteriores, conforme levantamento do *Estadão/Broadcast* com dados do Siga Brasil, do Senado Federal.

Na segunda-feira, o Congresso aprovou um projeto para solucionar a disputa em torno da sanção do Orçamento aprovada com despesas obrigatórias, como Previdência e seguro-desemprego, subestimadas e volume recorde de emendas, que são recursos que o deputado ou o senador envia para seu reduto eleitoral (veja ao lado a diferença entre as emendas).

O presidente Jair Bolsonaro tem até amanhã para sancionar o texto. A ministra-chefe da Secretaria de Governo, Flávia Arruda, afirmou que Bolsonaro deve vetar R\$ 10,5 bilhões em emendas do relator do Orçamento, de um total de R\$ 29 bilhões de recursos com esse carimbo. Se isso ocorrer, o volume de emendas parlamentares com pagamento obrigatório ficaria em R\$ 36,9 bilhões.

Nos bastidores do Legislativo, parlamentares e técnicos afirmam que o veto nas emendas de relator pode ser de até R\$ 13 bilhões. Caso esse cenário se concretize, as emendas vão totalizar R\$ 34 bilhões. A cúpula do Congresso não aceita um veto maior do que esse, pois o corte atingiria verbas de interesse direto dos deputados e senadores e não apenas aquelas solicitadas por ministérios. Na prática, os parlamentares não aceitam diminuir o patamar de emendas do ano passado, quando foram autorizados R\$ 36 bilhões.

O projeto aprovado na segunda-feira dá aval para o Executivo bloquear as despesas discricionárias, aquelas sob controle dos ministérios, em um montante suficiente para atender as despesas obrigatórias, subestimadas na aprovação do Orçamento pelo Congresso. De acordo com o relator da proposta, deputado Efraim Filho (DEM-PB), o bloqueio será feito por decreto e ficará em R\$ 9,5 bilhões.

• **Pandemia e teto.** A proposta também autoriza que as despesas relacionadas à pandemia fiquem de fora do teto de gastos e da meta de resultado primário, sem limite de valor. O *Estadão* mostrou que ao menos R\$ 125 bilhões devem ficar de fora das duas principais regras fiscais — a primeira impede que as despesas cresçam em ritmo superior à inflação e a segunda limita um teto para o rombo nas contas públicas no ano. Receberam

LEILÃO IMPERDÍVEL

4 IMÓVEIS, SOMENTE ONLINE - 2º LEILÃO, 22/04/2021 - 11h

**GRANDE OPORTUNIDADE
CASA EM SÃO PAULO/SP**

CONDOMÍNIO RESERVA DO ALTO
Jardim Santa Maria - área privativa de 70 m²



Lance mínimo, 2ª praça: R\$ 276.000,00.

Rua Simone Martins, nº 437. Condomínio Reserva do Alto. Casa 111 (Tipo E) c/ direito ao uso de uma vaga de garagem individual e exclusiva (localizada no pavimento térreo da casa). Área priv.: 70,00m². Matr. 137.584 do 16º RI local. Ocupado. (AF). 2º Leilão: 22/04/2021 às 11h.

APARTAMENTO

GOIÂNIA/GO - ÁREA PRIVATIVA: 64,87 m²

Vila Maria José. Av. do Comércio, nº 35. Concept Home. Ap. nº 204, c/ box de garagem nº 37. Área priv. 64,87m² (Ap.) e 14,00m² (box de garagem). Matr. 72.513 e 72.694 do RI da 04ª Circunscrição de Goiânia/GO. Obs.: Numeração predial e atualização de logradouro pendentes de averbação no RI. Regularização e encargos perante os órgãos competentes correrão por conta do comprador. Ocupado. (AF). 2º Leilão: 22/04/2021 às 11h. Lance mínimo: R\$ 163.200,00.

BOX COMERCIAL

RIO DE JANEIRO/RJ - ÁREA REAL CONST.: 42 m²

Copacabana. Av. Nossa Senhora de Copacabana, nº 581. Box Comercial nº 15 (antiga subloja 16 - 2ª galeria do edifício), c/ entrada suplementar pela Rua Siqueira Campos. 43. Área real const.: 42,00m². Matr. 116.090 do 09º RI local. Obs.: Desocupado. Chaves disponíveis para visitação na agência 3233-6 (As visitas deverão ser agendadas previamente com o gerente no telefone (21) 3003-8591 - Sr. Rosalinda). (AF). 2º Leilão: 22/04/2021 às 11h. Lance mínimo: R\$ 836.235,96.

CASA

ANASTÁCIO/MS - ÁREA CONST.: 62,03 m²

Jardim Integração. Rua Silverio Machuca de Andrade, nº 85 (It. 13 da qd. 07 - Setor 02). Casa. Área total: terr. 393,48m² e constr. 62,03m². Matr. 5.554 do RI local. Obs.: Ocupada (AF). 2º Leilão: 22/04/2021 às 11h. Lance mínimo: R\$ 120.691,04.

Aponte sua câmera para o código e vá direto para o leilão.





LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE

Pagamento à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 24 horas de antecedência ao evento. O Fidejussante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da Lei 9.514/97, incluído pela Lei 13.465 de 11/07/2017. Condições de pagamento e venda dos imóveis disponíveis nos sites: banco.bradesco/leiloes e www.sodresantoro.com.br. Obs.: o lote 4 retirado e o lote 4 vendido por direito de preferência. Informações: (11) 2464-8464 e af@sodresantoro.com.br.

EMENDA DE TODO TIPO

• **Individuais**
Verbas indicadas individualmente por cada deputado e senador. É o modelo de emendas mais tradicional do Orçamento federal, com repasse obrigatório. Nessa parte, metade precisa ser aplicada em saúde.
Total previsto para 2021: R\$ 9,7 bilhões.

• **Bancadas**
Verbas indicadas pelo conjunto de parlamentares de um mesmo Estado. São impositivas, com pagamento obrigatório, mas podem ir para qualquer área. A maior parte é destinada a obras de infraestrutura.
Total previsto para 2021: R\$ 7,3 bilhões.

• **Relator**
Verbas indicadas pelo relator-geral do Orçamento. O volume supera as demais e é feito conforme as negociações políticas de parlamentares e do governo e fica sob o poder do relator para apontar o destino. O governo inclui na programação de pagamento em função do "dever de execução" do Orçamento, em vigor desde 2019.
Total previsto para este ano: R\$ 18,5 bilhões (após corte de R\$ 10,5 bilhões que foi acordado).

• **Comissões**
Verbas indicadas pelas comissões do Congresso, conforme as áreas específicas de atuação, como infraestrutura e saúde. Neste ano, as indicações foram feitas por meio de comissões do Senado e da Comissão Mista de Orçamento, formada por deputados e senadores. Recebem o mesmo tratamento das emendas de relator.
Total previsto para 2021: R\$ 1,4 bilhão.

FONTE: SIGA BRASIL

• **Vetos**
R\$ 10,5 bi
em emendas do relator do Orçamento devem ser vetados por Bolsonaro, segundo a ministra Flávia Arruda

projeta uma insuficiência menor: R\$ 21,3 bilhões.

O cenário deve levar o governo a bloquear despesas dos ministérios durante o ano, inclusive aquelas indicadas por emendas parlamentares, para cumprir as regras e priorizar as despesas obrigatórias, de acordo com técnicos ouvidos pela reportagem. No primeiro alvo, estão verbas colocadas sob o guarda-chuva dos ministérios por indicação dos parlamentares, mas que não receberam o carimbo de emendas obrigatórias, um total de R\$ 3,4 bilhões./
COLABORARAM LORENNIA RODRIGUES e EDUARDO RODRIGUES



Decreto. Bloqueio de despesas discricionárias deve ser de R\$ 9,5 bi, afirma Efraim Filho

permissão para serem descontadas do teto despesas para a área de saúde, uma nova linha de crédito subsidiado para micro e pequenos negócios e a reedição do programa que permite às em-

presas cortarem salários e jornadas ou suspenderem contratos dos trabalhadores.

Após o desfecho em torno do Orçamento deste ano, o ministro da Economia, Paulo Gue-

des, disse ontem que os gastos que vão ficar de fora do teto estão relacionados a medidas de combate ao agravamento da pandemia. "Os gastos de natureza não recorrente exprimem o

compromisso com a saúde. Somente gastos com saúde estarão fora do teto, como aconteceu no ano passado. Teremos em 2021 o mesmo protocolo de 2020", afirmou, em coletiva de imprensa virtual. "Neste ano, teremos um foco maior e com mais moderação nesses gastos que, embora sejam extrateto, obedecem o protocolo da responsabilidade fiscal. Somente gastos com saúde e para preservar empregos estão no extrateto", completou.

• **Contingenciamento.** O bloqueio em parte das verbas dos ministérios e o veto em parcela das emendas aliviarão o Orçamento em no mínimo R\$ 20 bilhões. Há dúvidas, porém, se a estratégia será suficiente para que as despesas continuem num patamar que não fure o teto. A Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado aponta um rombo de R\$ 31,9 bilhões no teto. A Consultoria da Câmara